

# Montecirus Participações Ltda.

CNPJ (MF): 51.817.112/0001-70 - NIRE Nº 35218649982

## Balanco Patrimonial para os exercicios fndos em 31 de dezembro de 2021

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - (em milhares de reais)

Nota	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
	25.436	25.436	25.436	25.436	25.436	25.436
	(8.299)	(8.299)	(8.299)	(8.299)	(8.299)	(8.299)
	2.968	2.968	2.968	2.968	2.968	2.968
	98	98	98	98	98	98
	104	104	104	104	104	104
	85.636	85.636	85.636	85.636	85.636	85.636
	103.037	103.037	103.037	103.037	103.037	103.037
	(12.991)	(12.991)	(12.991)	(12.991)	(12.991)	(12.991)
	(69.739)	(69.739)	(69.739)	(69.739)	(69.739)	(69.739)
	17.412	17.412	17.412	17.412	17.412	17.412
	37.719	37.719	37.719	37.719	37.719	37.719

Saldo em 1º de janeiro de 2020

Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	433.663
Custos das vendas	18	(395.201)
<b>Lucro bruto</b>	<b>38.462</b>	<b>66.414</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(12.229)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(3.699)
<b>Lucro operacional</b>	<b>20</b>	<b>(12.764)</b>
Distribuição de Lucros	20	9.155
<b>Recotas financeiras, líquidas</b>	<b>(3.609)</b>	<b>(76.594)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>26.322</b>	<b>(20.958)</b>

Imposto de renda e contribuição social corrente

Nota	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(5.862)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(3.048)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercicio</b>	<b>17.412</b>	<b>(12.991)</b>

Resultado líquido (prejuízo) do exercicio

Nota	2021	2020
Resultado líquido (prejuízo) do exercicio	17.412	(12.991)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercicio</b>	<b>17.412</b>	<b>(12.991)</b>

Demonstração do Resultado Abrangente exercicios fndos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Nota	2021	2020
Resultado líquido (prejuízo) do exercicio	17.412	(12.991)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercicio</b>	<b>17.412</b>	<b>(12.991)</b>

(a) Risco de mercado Risco cambial

A Empresa está exposta ao risco de variação cambial oriundo de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, notadamente o dólar estadunidense. A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial e, de acordo com essa política, a Empresa deve contratar instrumentos financeiros que protejam a posição em dólar das suas operações. A Empresa adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa. O cenário Provável foi definido internamente pela Empresa e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravio do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente. A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte americano com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2021 e 2020, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Empresa seria afetada de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	2021		2020	
	Provável	Aumento	Redução	
	10%	25%	50%	50%
Em milhares				
US\$				
Caixa e equivalentes de caixa	39.203	7.025	3.920	9.801
Títulos e valores mobiliários	9.002	1.613	900	2.251
Outros créditos	48.205	8.638	4.820	12.052
Empréstimos e financiamentos	(43.776)	(7.845)	(4.378)	(10.944)
Instrumentos Financeiros	(1.698)	(7.300)	(170)	(425)
Exposição	(45.474)	(15.145)	(4.548)	(11.369)
	2.731	(6.507)	272	683

Em 31 de dezembro de 2021

Ativos	Ativos ao custo	Ativos ao custo amortizado	Ativos ao custo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	27.778	27.778	27.778	27.778
Títulos e valores mobiliários	39.203	39.203	39.203	39.203
Contas a receber de clientes	85.997	85.997	85.997	85.997
Outros créditos	9.834	9.834	9.834	9.834
Depósitos judiciais e outros ativos	5.694	5.694	5.694	5.694
	129.303	129.303	129.303	129.303

Em 31 de dezembro de 2020

Ativos	Ativos ao custo	Ativos ao custo amortizado	Ativos ao custo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	25.810	25.810	25.810	25.810
Títulos e valores mobiliários	113.939	113.939	113.939	113.939
Contas a receber de clientes	81.409	81.409	81.409	81.409
Outros créditos	10.015	10.015	10.015	10.015
Depósitos judiciais e outros ativos	2.818	2.818	2.818	2.818
	120.522	120.522	120.522	120.522

(b) Passivos, conforme o balanço patrimonial

Passivos	Passivos ao custo	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao custo por meio do resultado	Total
Forneceores	120.923	120.923	120.923	120.923
Empréstimos e financiamentos	43.776	43.776	43.776	43.776
Instrumentos financeiros derivativos	1.698	1.698	1.698	1.698
	164.699	164.699	164.699	164.699

Em 31 de dezembro de 2021

Passivos	Passivos ao custo	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao custo por meio do resultado	Total
Forneceores	120.923	120.923	120.923	120.923
Empréstimos e financiamentos	43.776	43.776	43.776	43.776
Instrumentos financeiros derivativos	1.698	1.698	1.698	1.698
	164.699	164.699	164.699	164.699

Em 31 de dezembro de 2020

Passivos	Passivos ao custo	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao custo por meio do resultado	Total
Forneceores	109.708	109.708	109.708	109.708
Empréstimos e financiamentos	68.031	68.031	68.031	68.031
Instrumentos financeiros derivativos	32.422	32.422	32.422	32.422
	177.739	177.739	177.739	177.739

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (a) Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	29	9
Aplicações financeiras (i)	27.749	24.261
	27.778	24.270

7. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Clientes no país	85.997	81.409
	85.997	81.409

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre os mesmos não revelou qualquer expectativa ou histórico de perdas. Não há títulos a receber em atraso na data das demonstrações financeiras e, em 31 de dezembro de 2021, Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa mantém saldo de adiantamentos recebidos de clientes no montante de R\$ 25.703 (2020 - R\$ 670), referentes a safra 2021/2022, a serem compensados com as contas a receber que serão originadas nas vendas realizadas no exercicio de 2022. No entendimento da administração, esses adiantamentos não possuem um componente de financiamento significativo, pois são liquidados em prazo inferior a doze meses, bem como não representam um valor fixo em caixa de lanranjas a serem entregues. 8. Instrumentos financeiros derivativos Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possuía instrumentos financeiros derivativos contratados na modalidade Zero Cost Collar ("ZCC"), os quais foram liquidados durante o exercicio de 2021, e que eram registrados contabilmente pelo seu valor de mercado (Market-to-Market). Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa mantém R\$ 1.698, contratados na modalidade Swap de troca do dólar (USD) pela variação do CDI, registrados pelo valor de mercado a mercado (Market-to-Market). A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor justo dos ativos derivativos no balanço patrimonial.

9. Adiantamento a fornecedores

	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima	15.930	11.796
Terceiros	11.031	448
Quotistas (Nota 21)	26.960	12.444
	26.960	12.444
Circulante	(26.741)	(11.908)
Não circulante	219	336

Os adiantamentos aos fornecedores de frutas cítricas são concedidos a terceiros e quotistas, com base na expectativa de produção, e são amortizados quando da respectiva entrega da fruta. Os adiantamentos demonstrados no ativo não

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercicios fndos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	26.322	(20.958)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	342	326
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(82)	(89)
Resultado na baixa de imobilizado	9.832	34.721
Instrumentos financeiros derivativos	(5.932)	(5.906)
Imposto de renda e contribuição social	(5.906)	(5.906)
Provisão (reversão de provisão) para impairment de ativos	(65)	(1)
Rendimento de títulos e valores mobiliários não realizados	(990)	(22.636)
Juros, variações cambiais e cambiais sobre financiamentos	4.511	20.689
Contas a receber de clientes	33.964	12.052
Adiantamento a fornecedores	(3.598)	12.093
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(14.715)	878
Depósitos judiciais e outros ativos	(2.876)	292
Outros créditos	181	(1.165)
Forneceores	11.215	(36.487)
Salários e encargos sociais	26	38
Imposto de renda e contribuição social a recolher	21	(2.039)
Instrumentos financeiros derivativos	(40.556)	(20.533)
Adiantamentos de clientes	25.023	(3.78)
Outras obrigações	(2.271)	(2.271)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercicio</b>	<b>26.128</b>	<b>(18.829)</b>
Juros pagos	(6.087)	(2.094)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14)	1.192
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>20.027</b>	<b>(16.731)</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	74.736	(8.180)
Recebimento pela venda de imobilizado	84	127
Recebimento pela venda de outros ativos	44	436
Garnto de crédito presumido de IPI	(549)	(206)
Adquisição de intangível	(58)	(3)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>74.359</b>	<b>(7.765)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(97.140)	(74.303)
Pagamento de mútuos com sócios	(7.907)	52.056
Captação de empréstimos e financiamentos	82.368	(69.739)
Garnto de crédito presumido no exercicio	(69.739)	-
<b>Caixa líquido aplicado</b>	<b>(92.418)</b>	<b>(22.247)</b>
<b>Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa no início do exercicio</b>	<b>1.968</b>	<b>(46.743)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercicio</b>	<b>25.810</b>	<b>72.553</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercicio</b>	<b>27.778</b>	<b>25.810</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

circulante são relativos às safras que se encerraram após o próximo exercicio. 10. Tributos a recuperar

	2021	2020
Crédito presumido de IPI	31.139	39.696
ICMS a recuperar	1.615	4.796
F a recuperar	1.113	374
Outros	33.867	45.200
	(1.113)	(374)
	32.754	44.826

O montante registrado como Crédito Presumido de IPI refere-se ao valor atualizado dos créditos reconhecidos em razão do trânsito em julgado favorável à Empresa registrado contabilmente em 2019 e em 2021 (Nota 19). A administração está solicitando o ressarcimento desses créditos em espécie, sendo que em 2021, houve o recebimento financeiro no montante de R\$ 13.695. A administração estima que o saldo remanescente seja recebido em, até, três anos e optou pela manutenção do montante integral no ativo não circulante em razão da incerteza ainda existente quanto a realização desses créditos nos próximos doze meses. Os créditos de ICMS a recuperar são apresentados líquido de provisão para impairment na realização, no montante de R\$ 16.869 (2020 - R\$ 16.804), constituídos em razão de créditos simples de ICMS não passíveis de recuperação, em função da venda de lanranja ser isenta de ICMS, ou seja, a Empresa não possui débito de ICMS na venda de lanranja. 11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos A Empresa utiliza a sistemática do lucro real para cálculo dos tributos sobre o lucro, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro, os saldos de imposto de renda e contribuição social têm a seguinte composição:

	2021	2020
Créditos tributários		
No ativo circulante - Antecipações		
- Imposto de renda e contribuição social	392	337
	392	337

No ativo não circulante - Créditos diferidos, líquidos

	2021	2020
Ativo de tributos diferidos		
Prejuízo fiscal e base negativa	775	775
Provisão para perdas na realização de ativos (i)	5.735	5.713
Resultado de operações com derivativos não liquidadas	553	11.024
	6.289	17.512

Passivo de tributos diferidos

	2021	2020
Variação cambial tributada pelo regime de caixa	(813)	(8.988)
	5.476	8.524

(i) Refere-se aos impostos diferidos incidentes sobre o desajuste sobre os créditos de ICMS, conforme Nota 10. A reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social para a alíquota efetiva é demonstrada como segue:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	26.322	(20.958)
Alíquota máxima	34%	34%
	(8.949)	7.126

Reconciliação para taxa efetiva:

	2021	2020
Subvenção para investimento (Nota 16 (d))	-	985
Outros ajustes	39	(144)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(8.910)	7.967
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	34%	38%

Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL (a) Lucros auferidos no exterior A Empresa possui autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior por sua controlada Montecirus Holding BV, nos anos de 2017, 2018 e 2019. A autuação para o ano de 2017 aguarda julgamento na esfera administrativa, enquanto as autuações para os anos de 2017 e 2018 já se encontram na esfera judicial, inclusive com decisão favorável aos interesses da Empresa em primeira instância. A administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende ser provável que as posições fiscais adotadas em discussão serão aceitas em decisão de tribunais superiores de última instância (probabilidade de acerte > 50%) e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

(b) Benefício do crédito Presumido de IPI e repasse aos fornecedores Em 2021, a Empresa reconheceu contabilmente os efeitos de ação transitada em julgamento em favor da Empresa que determinou o ressarcimento do crédito presumido de IPI referente ao período de 1995 e 1999, no montante de R\$ 39.701 (2020 - R\$ 88.863). A autuação para o ano de 2012 aguarda julgamento na esfera administrativa, enquanto as autuações para os anos de 2007 e 2008 já se encontram na esfera judicial, inclusive com decisão favorável aos interesses da Empresa em primeira instância. A administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende ser provável que as posições fiscais adotadas em discussão serão aceitas em decisão de tribunais superiores de última instância (probabilidade de acerte > 50%) e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a esse tema. 12. Outros créditos

	2021	2020
Variação do dólar estadunidense e juros médios de 2,4949%	43.776	56.975

Em moeda nacional

	2021	2020
Mútuos - Sócios		
quotistas a taxa de 100% do CDI		

...continuação	Notas e Cédulas de crédito de exportação	Mútuo - sócios quotistas	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
23. <b>Movimentação da dívida líquida</b>					
Dívida líquida em 31 dezembro de 2019	65.172	10.760	75.932	(72.553)	3.379
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captações	52.056		52.056		52.056
Amortizações	(74.303)		(74.303)		(74.303)
Juros pagos	(2.094)		(2.094)		(2.094)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa:					
Juros	2.163	297	2.460		2.460
Varição cambial	13.980		13.980		13.980
Outras			46.743	(46.743)	
Dívida líquida em 31 dezembro de 2020	56.974	11.057	68.031	(25.810)	42.221
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captações	82.368		82.368		82.368
Amortizações	(97.140)	(7.907)	(105.047)		(105.047)
Juros pagos	(2.911)	(3.176)	(6.087)		(6.087)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa:					
Juros	2.877	26	2.903		2.903
Varição cambial	1.608		1.608		1.608
Outras			(1.968)	(1.968)	
Dívida líquida em 31 dezembro de 2021	43.776	-	43.776	(27.778)	15.998

24. **Resumo das principais políticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Moeda de apresentação e moeda funcional** Moeda funcional e moeda de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. **Transações e saldos** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **(b) Instrumentos financeiros** **Classificação e mensuração de ativos financeiros** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Empresa classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá da Empresa ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial. A Empresa reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **Reconhecimento e mensuração** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A Empresa não identificou evidência de impairment para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **Instrumentos de dívida** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Empresa classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de

caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixa do, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **Impairment de ativos financeiros** A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado em "Resultado de operações com instrumentos derivativos". A Empresa contrata instrumentos financeiros derivativos com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuações na taxa de câmbio e nos preços das commodities e não são utilizadas para fins especulativos. A Empresa não adota a contabilidade de hedge. **(c) Normas novas e interpretações de normas**

que ainda não estão em vigor Não há normas CPCs ou interpretações ICPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa. **(d) Ajustes a valor presente** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente. **(e) Caixa e equivalentes de caixa** Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassem seus respectivos valores de mercado. A Empresa considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias resgatáveis sem qualquer carência. **(f) Conta a receber** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"). A Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. **(g) Imobilizado** **Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes** Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. **Depreciação** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edificações	40
Máquinas	10
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Empresa. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **(h) Ativos intangíveis** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos. As marcas são registradas ao custo e não são amortizadas. **(i) Redução ao valor recuperável de ativos** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser

recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **(j) Empréstimos e financiamentos** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Operações com bancos ou fundos de investimentos onde títulos a receber são dados como forma de pagamento (desconto de duplicatas), porém o risco da inadimplência não é transferido, são contabilizados no passivo de financiamento. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. **(k) Fornecedores** Registrados pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações, acrescido das variações cambiais, quando aplicáveis, incorridas até a data do encerramento do balanço. **(l) Provisões** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido na data das demonstrações financeiras. **(m) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro** O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando existente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são mensurados com base nas alíquotas vigentes (correntes) e com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias (diferidos) quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. O imposto ativo e passivo (correntes e diferidos), são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(n) Reconhecimentos da receita** A receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **Venda de frutas in natura** A Empresa comercializa laranja in natura. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter o controle sobre o uso e destinação dessas frutas, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as dispo-

sições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Conforme mencionado na Nota 1, o preço de venda das frutas "in natura" é definido apenas no final do ano-safra corrente (meados de setembro do ano subsequente), com base na média ponderada dos preços praticados do suco concentrado e congelado (FCOJ a 66 Brix) pelo comprador, na Europa e Estados Unidos. As partes também levam em conta o rendimento médio industrial, ou seja, o número de caixas de laranja (padrão de 40,8 kg cada caixa) necessário para a produção de uma tonelada de suco e outros sólidos de laranja recuperados. As notas fiscais são emitidas considerando o preço mínimo vigente nos contratos de venda. **(o) Reconhecimentos do custo** Em linha com a sistemática de apuração do preço da caixa de laranja mencionada na Nota 1, a administração faz estimativas e aprova um preço provisório para o reconhecimento do custo da fruta/matéria-prima da safra corrente, com correspondente reflexo nas contas a pagar aos fornecedores, na data-base do balanço, as quais serão ajustadas pelo valor definitivo até o encerramento do período de comercialização da referida safra, em meados de setembro do ano seguinte. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o referido preço provisório estimado considera, principalmente, referenciais de mercado e a expectativa de comportamento desse mercado até o final da safra corrente, baseada nas curvas históricas do setor. **(p) Demais receitas e despesas** O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e os custos são reconhecidos no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o contratante. **(q) Distribuição de lucros** A distribuição de lucros para os quotistas da Empresa é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no momento em que a distribuição é aprovada por eles. **25. Alterações de normas contábeis que ainda não estão em vigor** Em 25 de outubro de 2021, o Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC emitiu o decimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. • Inclusão dos itens 39AG e o novo D13A, alteração da alínea (f) do item D1 e renúncia do item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

#### Composição da Diretoria

Ronaldo Anacleto  
José Francisco Fornazari  
Euclides Rodrigues Júnior  
Valmi Lujan Júnior

#### Contador

Euclides Rodrigues Júnior  
CRC nº 1SP154310/0-6

#### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Quotistas Montecitrus Participações Ltda. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Montecitrus Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Montecitrus Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com

os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da diretoria pelas demonstrações financeiras** A diretoria da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade**

do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 11 de março de 2022

**PricewaterhouseCoopers**  
Luis Fernando de Souza Maranhã

**Audidores Independentes Ltda.**  
Contador CRC 1SP201527/0-5  
CRC 2SP000160/0-5

